

## LIMITAÇÃO DE ACESSO AOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: O CASO DE PELOTAS/RS

FERNANDA TOMIELLO<sup>1</sup>; SIDNEY GONÇALVES VIEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas / Universidade Católica de Pelotas –  
fernandatomiello@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – sid.geo@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma síntese da tese em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Os espaços livres públicos constituem seu tema central, sendo que o problema discutido é a limitação de acesso a esses espaços na contemporaneidade. Os espaços livres públicos são abordados com ênfase na sua dimensão social, como um elemento complexo e dinâmico (CARLOS, 1994), através da dialética tridimensional de Lefebvre (2013). O problema, por sua vez, está enraizado no embate entre o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e de processos de exclusão social – que podem estar associados à concepção dos espaços livres públicos à serviço do capital em detrimento das necessidades sociais. O objetivo geral entender como se dá o processo de (re)produção dos espaços livres públicos, com ênfase na identificação e discussão de processos de limitação de acesso a eles na contemporaneidade e seus impactos no cotidiano das pessoas. Assim, através da articulação entre a dimensão teórico-conceitual do problema e da realidade específica da cidade de Pelotas/RS, buscamos explicitar problemas e apontar caminhos capazes de contribuir para a mudança social, na direção do direito à cidade e à vida urbana.

A hipótese do trabalho parte da observação de que parte dos espaços livres públicos estão sendo submetidos a diferentes formas de limitação de acesso, seja de forma física ou simbólica, chegando a constituir privatizações, em alguns casos. Acreditamos que isso possa estar associado ao empobrecimento das relações sociais, afetando negativamente o modo como as pessoas se apropriam ou poderiam se apropriar dos espaços. Ainda, entendemos que o conjunto de espaços livres públicos representa um patrimônio comunitário, constituindo uma peça importante na construção da memória e da identidade das pessoas. Assim, o trabalho se justifica essencialmente pela relevância que os espaços livres públicos têm na vida das pessoas e pelo risco que a limitação de acesso a eles constitui.

Com relação ao recorte espaço-temporal, a questão da limitação de acesso aos espaços públicos é discutida numa perspectiva global, mas com ênfase nos países em desenvolvimento e especialmente no contexto latino-americano. O estudo de caso se dá na zona urbana da cidade de Pelotas, que fica ao sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Com relação ao recorte temporal, o trabalho se dedica a contemporaneidade, mas busca pistas no passado e aponta para o futuro, através dos processos de decomposição horizontal e vertical da realidade.

O entendimento do processo de (re)produção dos espaços livres públicos e a busca pela identificação e discussão de situações de limitação de acesso a esses espaços tem como ponto de partida a manifestação formal das relações sociais. Assumindo a premissa de Carlos (1994), que indica que “o estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da

totalidade, sem com isso eliminar-se as particularidades históricas”, abordamos o caso de Pelotas como uma forma particular de um fenômeno geral. Assim, a cidade de Pelotas constitui um referencial que não é o objetivo final do trabalho, mas uma realidade que tende a generalizar-se e a contribuir para o entendimento do problema numa perspectiva abrangente e geral.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia empregada no trabalho integra a dialética como instrumento de análise e o estudo de caso como método de investigação. Através da análise dialética buscamos entender e explicar as diferentes temporalidades dos espaços livres públicos e o processo de (re)produção desses espaços, com ênfase na sua dimensão social. Seguindo a lógica dialética do método regressivo-progressivo, através de procedimentos de decomposição vertical e horizontal da realidade, buscamos o retorno ao passado, a descrição do presente e possibilidades de futuro associadas aos espaços livres públicos.

O estudo de caso é realizado em Pelotas, no Rio Grande do Sul, cujos espaços livres públicos são abordados em duas escalas. A escala mais geral inclui toda a área urbana do município, na qual são mapeados, diferenciados e descritos os espaços livres públicos através da decomposição horizontal e vertical da realidade.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira noção teórica importante é o entendimento do conjunto de espaços livres públicos como um patrimônio comunitário, que se vincula fortemente à memória social e à identidade das pessoas. A partir do reconhecimento de que a construção identitária está associada à alteridade, ao convívio e interação com pessoas e grupos diversos, apontamos que a falta de acessibilidade dos espaços livres públicos, seja física ou simbólica, pode ter um impacto negativo na construção da cultura e da identidade da sociedade contemporânea. Com relação à memória, destacamos o vínculo entre as lembranças e os contextos sociais em que atuam, conforme aponta Halbwachs (2013), evidenciando a importância dos espaços que ocupamos e nos quais circulamos para a conservação e acesso ao passado e à memória. A ideia de que a materialidade e a imaterialidade da vida humana são indissociáveis, presente em Lefebvre (2013), também reforça a relação entre a memória social e a importância do entendimento dos espaços livres públicos como um patrimônio comunitário.

Das associações realizadas a partir de Arendt (2020) e Montaner e Muxí (2014), entre o público e o privado, os domínios da política e da família e o masculino e feminino decorrem duas observações principais: a linha divisória entre o público e o privado é difusa, permitindo múltiplas abordagens; e é imprescindível avançar para um urbanismo sem gênero, que evidencie diferenças e não desigualdades, sem hierarquias, com caráter horizontal.

Com relação ao direito à cidade e à vida urbana, destacamos o questionamento de Lefebvre (2001), que discute se as múltiplas necessidades sociais não estariam associadas à demanda por lugares qualificados que propiciassem os encontros e trocas em detrimento do comércio e do lucro. A partir daí, o autor aponta a necessidade de apropriação da cidade como bem comum, em um viés anticapitalista, resgatando o valor de uso em contraposição à ideia de cidade como mercadoria.

Vimos também que pesquisas nacionais recentes, como a de Silva e Versiani (2011), apontam que a maioria das cidades brasileiras não apresentam áreas públicas suficientes para o lazer e que as existentes frequentemente são mal distribuídas e tem problemas de manutenção e conservação. Essa realidade também pôde ser observada em Pelotas, através do levantamento realizado, com o agravante do problema da limitação de acesso e ocupação dessas áreas. Na mesma linha de Lefebvre, as autoras também tecem uma relação entre tais deficiências e a visão do lazer como mercadoria, relacionada à lógica neoliberal e frequentemente defendida por empreendimentos privados. As autoras também destacaram a importância de buscar instrumentos que auxiliem na democratização e ampliação dos espaços livres públicos e que possibilitem sua ocupação de forma consciente e participativa, com envolvimento do poder municipal e da comunidade.

Com relação ao estudo de caso desenvolvido na cidade de Pelotas/RS, o trabalho realizado até então permitiu a confirmação e quantificação do problema das privatizações dos espaços livres públicos, indicando que 26% destes são totalmente ou parcialmente inacessíveis. Os levantamentos também diferenciaram espaços livres de ocupados, indicando, ainda, os tipos de ocupações. Apontamos que 24% dos espaços possui ocupação total ou parcial, sendo que as mais recorrentes são as ocupações por posseiros (60%) e que os demais 40% possuem ocupações de caráter institucional, comunitário, religioso ou misto. É possível associar as ocupações de espaços livres públicos a precariedade das condições destes, o que sugere que o abandono dos espaços pelo poder público é um dos fatores que favorece sua ocupação e limitação de acesso.

Com relação a manutenção e qualificação dos espaços livres públicos que não estão fechados ou ocupados, acreditamos que a identificação dessas condições contribui para a diferenciação entre os que são mais ou menos vulneráveis ao problema da limitação de acesso, especialmente em função de ocupações. O mapeamento que diferencia as condições de manutenção e existência de mobiliário indica que 65% dos espaços possuem algum tipo de manutenção, em 21% a manutenção é feita de forma privada (quando ocorre) e em 14% não foi identificado qualquer tipo de manutenção. Por fim, apontamos que mais da metade dos espaços livres públicos (54%) não possui qualquer tipo de mobiliário.

Observamos também que a falta de manutenção pode constituir um tipo de limitação de acesso, ainda que não tenhamos mapeado dessa forma por questões práticas. Os espaços livres públicos abandonados, com vegetação densa e/ou lixo são lugares que não cumprem a função de lazer e recreação. Acreditamos que em alguns casos as pessoas sequer saibam que se tratam de espaços livres públicos e mesmo que saibam não conseguem usufruir como tal. Outra situação que identificamos em diversas áreas foi o fechamento e limitação de acesso a espaços livres públicos não ocupados, sendo que alguns possuem boas condições de manutenção e algum tipo de mobiliário. Esses são os casos que pretendemos estudar com maior profundidade na etapa seguinte, tanto para entender melhor como ocorre a limitação de acesso e o papel do poder público no processo, quanto pela possibilidade de reversibilidade da limitação de acesso.

O trabalho está sendo desenvolvido em duas escalas, sendo que os resultados apresentados acima dizem respeito à escala mais abrangente, referente ao conjunto de espaços livres públicos de Pelotas. A continuidade abordará o caso específico das interfaces do Arroio Pelotas com áreas urbanizadas, explorando especialmente os espaços livres supostamente públicos. Com relação à decomposição vertical e horizontal da realidade, o presente foi o mais explorado

até então, sendo que devemos avançar ainda para o retorno ao passado e explorar possibilidades para o futuro. Pretendemos explicitar problemas e apontar caminhos para que a sociedade possa exercer seu direito à cidade de modo mais igualitário, com acesso à espaços livres qualificados, nos quais possam socializar, aos quais sintam-se pertencentes e nos quais possam expressar-se livremente.

Complementarmente, foi organizado e publicado um livro voltado ao reconhecimento e valorização dos espaços públicos de Pelotas. Com linguagem acessível e ilustrado com aquarelas, o livro “Espaços Públicos de Pelotas: Desenhos e Histórias” foi publicado como e-book em 2023 pela editora da UFPel (TOMIELLO E BEHLING, 2023).

#### 4. CONCLUSÕES

Os resultados alcançados e discutidos até aqui contribuíram para o entendimento do objetivo geral do trabalho, sendo que pretendemos ampliar a discussão ao completar o percurso do método e ao incluir outra escala de abordagem. Até aqui, avançamos na identificação e discussão de processos de limitação de acesso e ocupação desses espaços e esperamos, na etapa seguinte, entender melhor os impactos disso no cotidiano das pessoas. Através da revisão teórica foi possível identificar algumas pistas desses impactos, as quais esperamos confirmar de forma empírica, através da observação mais detalhada de algumas situações específicas na segunda etapa do trabalho. Foi possível confirmar a hipótese de que parte dos espaços livres públicos estão sendo submetidos a diferentes formas de limitação de acesso, seja de forma física ou simbólica, chegando a constituir privatizações, em alguns casos.

Por fim, reiteramos que este é um trabalho em processo, de modo que esperamos receber contribuições e críticas que possam contribuir para sua evolução e para que possamos alcançar resultados significativos para todos e todas que acreditam e buscam o direito à cidade e a vida urbana.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, HENRI. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- SILVA, G. P.; VERSIANI, I. V. L. **Brasil: Espaço público de lazer no ambiente urbano: ampliação das possibilidades de convivência, socialização e mudança de cenários violentos**. Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano, Santiago, n. 74, p. 1-20, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7372313-Brasil-espaco-publico-de-lazer-no-ambiente-urbano-ampliacao-das-possibilidades-de-convivencia-socializacao-e-mudanca-de-cenarios-violentos.html>. Acesso em 11 set 2023.
- TOMIELLO, F; BEHLING, D. L. **Espaços Públicos de Pelotas: Desenhos e Histórias**. Pelotas: Editora da UFPel, 2023. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/xmlui/handle/prefix/9973>. Acesso em 11 set 2023.